

**FEAC - Federação das
Entidades Assistenciais
de Campinas - Fundação
“Odila e Lafayette Álvaro”**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e Relatório
dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho Curador da
FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas -
Fundação "Odila e Lafayette Álvaro"
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é a responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar à atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo suas divulgações, e se representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, sobre o alcance planejado, a época da auditoria e as constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	56.261	46.426	Fornecedores		97	173
Aplicações financeiras	3	14.179	-	Salários e encargos sociais a pagar		521	581
Aplicações restritas		47	27	Adiantamento de aluguéis		500	450
Aluguéis a receber	4	3.955	3.244	Contrato de mútuo - Expansão IESC	8	5.914	5.914
Outras contas a receber		299	449	Outras obrigações		379	90
Total do circulante		<u>74.741</u>	<u>50.146</u>	Total do circulante		<u>7.411</u>	<u>7.208</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	3	-	12.450	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	15	229	63
Depósitos judiciais		47	47	Contrato de mútuo - Expansão IESC	8	67.555	63.473
Adiantamentos a entidades		289	107	Outras obrigações		500	-
Propriedades para investimento	5	47.762	46.034	Total do não circulante		<u>68.284</u>	<u>63.536</u>
Imobilizado	6	93.210	96.841	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Intangível		95	288	Patrimônio social		77.500	71.666
Total do não circulante		<u>141.403</u>	<u>155.767</u>	Reserva de patrimônio		57.669	59.489
				Superávit Acumulado		5.280	4.014
				Total do patrimônio social		<u>140.449</u>	<u>135.169</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>216.144</u></u>	<u><u>205.913</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		<u><u>216.144</u></u>	<u><u>205.913</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

<u>RECEITAS</u>	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS DA FUNDAÇÃO			
Aluguéis	4	34.528	28.863
Receitas financeiras		8.719	8.813
Receita financeiras restritas		-	2
Receita da Vila Brandina		532	516
Outros		387	44
TOTAL DAS RECEITAS DA FUNDAÇÃO		44.166	38.238
RECEITAS DA COMUNIDADE			
Eventos		-	79
Patrocínios e Parcerias		67	-
Programas e Projetos		120	-
Donativo FEAC		1	-
Serviços Voluntários		283	95
TOTAL DAS RECEITAS DA COMUNIDADE		471	174
RECEITAS ADMINISTRADAS			
		-	175
RECEITAS PATRIMONIAIS			
IESC Participação Investimento	7	187	172
RECEITAS PATRIMONIAIS		187	172
Cota patronal	9	1.565	1.438
PIS sobre Folha	9	55	50
RECEITAS DE BENEFÍCIOS FISCAIS		1.620	1.488
TOTAL DAS RECEITAS		46.444	40.247
DESPESAS			
Convênio de cooperação		(9.713)	(7.952)
Convênio - tecnologia da informação		(9)	(9)
Convênio de engenharia		(843)	(637)
Doação		(302)	(262)
TOTAL DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA	12	(10.867)	(8.860)
ASSESSORAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Assessoramento e prestação de serviços		(9.906)	(8.214)
TOTAL DE ASSESSORAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	12	(9.906)	(8.214)
PROGRAMAS DE POTENCIALIZAÇÃO DAS ENTIDADES			
Projetos de Assistência Social	12	(1.354)	(1.305)
TOTAL DE RECURSOS EMPREGADOS NA GRATUIDADE		(22.127)	(18.379)
PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO FEAC			
Cooperação financeira			
Projetos de Educação		(2.569)	(2.938)
Projetos de Práticas Restaurativas		-	(89)
TOTAL DE PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO		(2.569)	(3.027)
DESPESAS PATRIMONIAIS			
Despesas patrimoniais	13	(4.925)	(3.736)
Cota patronal	9	(1.565)	(1.438)
PIS sobre Folha	9	(55)	(50)
Despesas financeiras	13	(9.923)	(9.603)
TOTAL DAS DESPESAS PATRIMONIAIS		(16.468)	(14.827)
TOTAL DAS DESPESAS		(41.164)	(36.233)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		5.280	4.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	5.280	4.014
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>5.280</u>	<u>4.014</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva de patrimônio</u>	<u>Superávit acumulado operacional</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		68.144	56.216	6.795	131.155
Superávit do exercício		-	-	4.014	4.014
Transferência para o patrimônio social	11	3.522	3.273	(6.795)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>71.666</u>	<u>59.489</u>	<u>4.014</u>	<u>135.169</u>
Superávit do exercício		-	-	5.280	5.280
Transferência para o patrimônio social	11	5.834	(1.820)	(4.014)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u><u>77.500</u></u>	<u><u>57.669</u></u>	<u><u>5.280</u></u>	<u><u>140.449</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		5.280	4.014
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	6	3.853	2.890
Baixa bens patrimoniais	5 e 6	230	3
Complemento (reversão) de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	15	166	(40)
Juros sobre contrato de mútuo - Expansão IESC		9.923	5.600
Rendimento de aplicação financeira		(1.729)	-
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Aluguéis a receber		(711)	(413)
Outras contas a receber		150	(173)
Adiantamentos a entidades		(182)	(64)
Depósitos judiciais		-	(11)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores		(76)	12
Salários e encargos sociais a pagar		(60)	175
Adiantamento de alugueis		50	450
Outras obrigações		789	25
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		17.683	12.468
Juros pagos sobre mútuo		(5.841)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(5.841)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	6	(259)	(237)
Aquisição de investimento		(1.728)	(1.599)
Recursos restritos		(20)	7
Aplicações financeiras		-	(12.450)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.007)	(14.279)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de parcelas referentes ao contrato de mútuo - Expansão IESC		-	(22.000)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(22.000)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		9.835	(23.811)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		46.426	70.237
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		56.261	46.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO DAS OPERAÇÕES E DE ATUAÇÃO

Constituída juridicamente como fundação de direito privado, sem fins econômicos, denominada Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" ou, simplesmente, designada FEAC, foi criada em 27 de abril de 1964, mediante fundos doados pelos patronos Lafayette Álvaro de Souza Camargo e Odila de Souza Camargo.

Para a consecução da sua finalidade estatutária - a promoção humana, a assistência e o bem-estar social, com prioridade à criança e ao adolescente de baixa renda em Campinas - estabelece colaboração com organismos e entidades, cuja atuação, no campo social, identifica-se com sua missão.

É uma Fundação beneficente da área da Assistência Social que presta de forma contínua, permanente, planejada e gratuita o assessoramento técnico, administrativo e financeiro a entidades sem fins lucrativos, no município de Campinas, que atuam nas áreas da assistência social, educação e saúde.

As assessoradas são entidades de origem privada, sem fins lucrativos, que celebram convênios e termos de colaboração com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde para a conjugação de esforços na execução das políticas públicas municipais.

Atualmente, 77 entidades com 129 unidades de atendimento compõem a rede conveniada à FEAC, sendo:

- 42 que atuam preponderantemente na área da Assistência Social.
- 28 que atuam preponderantemente na área da Educação.
- 7 que atuam preponderantemente na área da Saúde.

O convênio estabelecido com a FEAC está condicionado à inscrição da entidade conveniada junto ao CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social - órgão que autoriza sua atuação no âmbito da Política da Assistência Social. Esta aliança, quando firmada com entidades que atendem crianças e adolescentes, está condicionada ao registro da entidade junto ao CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão que autoriza a execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes. Alianças com entidades de educação infantil estão condicionadas à autorização e credenciamento da entidade pelo CME - Conselho Municipal de Educação.

Ao longo de 2016, o assessoramento prestado às entidades da rede conveniada, formalizados através de contratos de convênio renovados anualmente, foi executado pelas seguintes áreas:

Contábil-financeira: através da prestação de serviços de contabilidade e preparo de demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, evidenciando, a partir da segregação contábil por área de atuação, programas e serviços executados, a aplicação dos recursos públicos, privados e próprios da entidade, escrituração de livros contábeis e preparação de declarações acessórias, bem como assessoria na elaboração de Plano de contas, Plano Orçamentário e Fluxo de Caixa.

Gestão Social: através da articulação do assessoramento prestado pelos demais departamentos da FEAC e intermediação à interlocução das entidades sem fins lucrativos e de assistência social, educação e saúde, executoras das Políticas Públicas do município de Campinas, com vista às boas práticas, a excelência e conformidade legal das ações desenvolvidas, junto aos órgãos públicos.

Administração de Recursos Humanos: através da prestação de serviços operacionais de administração de pessoal, visando garantir os direitos e deveres entre entidades e seus empregados.

Jurídico: através do atendimento às entidades nos assuntos pertinentes à área jurídica.

Engenharia e Arquitetura: através do desenvolvimento e elaboração de projetos técnicos na área de engenharia e arquitetura às entidades, visando a melhoria e a otimização dos espaços físicos que são utilizados pelos colaboradores das entidades.

Comunicação e Relações institucionais: através da oferta de serviços, consultorias e orientações para adoção de ferramentas de captação de recursos e apoio à divulgação das ações promovidas pelas entidades.

Além das assessorias e da prestação de serviços técnicos, a FEAC estabelece anualmente convênio para assessoramento financeiro às entidades. Todos os recursos empregados na prestação de serviços, assessorias e nos programas de potencialização das propostas de trabalho das entidades, estão descritos na nota explicativa nº 12.

Parte dos recursos da FEAC é aplicada na execução de programas, projetos e ações de iniciativa própria, em alguns casos em parceria com outras instituições.

As operações necessárias para a realização da missão da Fundação são suportadas financeiramente através da gestão de seu patrimônio, sendo as principais fontes de recursos as participações correspondentes a 30% da fração ideal do Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi de Campinas - Empreendedor e 23% da fração ideal do Condomínio Civil do Power Center Campinas - Condomínio Comercial.

A Fundação possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, protocolado sob o nº 71000.090991/2009-07, conforme Portaria 1.272 de 22 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2012, com validade assegurada de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012. A certificação deferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 1272/2012, publicada no Diário Oficial da União de 26/11/2012, teve sua validade prorrogada para o período de 01/01/2010 a 31/12/2014, através da Portaria nº. 158, de 13 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2013.

Em 30/06/2014, foi protocolada tempestivamente junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o requerimento de renovação da certificação para o período de 01/01/2015 a 31/12/2017 - Processo nº. 71000.078317/2014-11, o qual encontra-se em análise pelo ministério.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Fundação segue as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras é o seguinte:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) Aplicações e recursos restritos: Referem-se a patrocínios recebidos que se destinam única e exclusivamente ao atendimento de projetos e programas específicos à educação e ao prêmio Feac de jornalismo. Esses valores são depositados em contas específicas e só podem ser utilizados para esse fim; por isso, são denominados como restritos. Relatórios de prestação de contas e de atividades realizadas são encaminhados aos patrocinadores desses projetos e programas regularmente.
- (c) Alugueis a receber: Os alugueis a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário é registrada provisão para devedores duvidosos, constituída com base em análise dos alugueis a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- (d) Aplicações financeiras: Referem-se aos valores aplicados em letra financeira com disponibilização para resgate apenas a partir de 29/05/2017.
- (e) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício.
- (f) Imóveis para investimentos: Na data de seu registro inicial a Entidade determinou que o melhor indicador para determinar seu valor justo é o valor venal destes imóveis, devido às peculiaridades que os envolvem, conforme descrito na nota explicativa 5 e também os custos e esforços excessivos necessários para o levantamento destes valores justos em forma contínua e à natureza da Entidade. Anualmente, a Entidade avalia o valor venal destes bens para determinar a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável destes ativos. O ganho ou a perda na alienação dos investimentos é registrado como receitas ou despesas quando de sua realização junto a terceiros.
- (g) Imobilizado: registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é contabilizada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens e com base nas taxas de depreciação descritas na nota explicativa 6. Quando aplicável é efetuada provisão para redução ao valor de realização.

- (h) Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Fundação o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A principal estimativa relacionada às demonstrações financeiras refere-se ao registro de depreciação.
- (i) Apuração do superávit: A apuração do superávit é feita segundo o regime de competência, exceto quanto às receitas decorrentes de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.
- (j) Reconhecimento de receitas: A receita de doações é reconhecida pelo regime de caixa devido à incerteza de sua realização e espontaneidade do público contribuinte. As receitas de aluguel e participações em condomínios são reconhecidas pelo regime de competência.
- (k) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Fundação é parte das disposições contratuais do instrumento. A avaliação dos instrumentos financeiros é efetuada pelo seu valor de mercado, por se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
- (l) Imposto de renda, contribuição social e encargos sociais (INSS): A Fundação é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal, bem como isenta da cobrança de encargos sociais patronais (INSS) e demais tributos federais e estaduais, incluindo o PIS/PASEP na modalidade folha de pagamento, à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento mensal.

A isenção das contribuições previdenciárias e sociais usufruídas nos exercícios esta composta nas notas explicativas 9.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	571	361
Aplicações financeiras (a)	<u>55.690</u>	<u>46.065</u>
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>56.261</u>	<u>46.426</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Aplicações financeiras - letra financeira (b)	14.179	12.450

- (a) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, remunerados por taxas que variam, na média, entre 100,00% a 103,00% da remuneração atrelada ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário, as quais apresentam liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato sem perda de rendimentos.
- (b) Referem-se aos valores aplicados em letra financeira com disponibilização para resgate apenas a partir de 29/05/2017, remunerados pelo IPCA mais taxas de juros que variam, na média, entre 6,37% a 7,76% a.a..

4. ALUGUEIS A RECEBER

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas	3.396	2.728
Estacionamento Deck Park	455	492
Condomínio Civil do Power Center Campinas	74	21
Outros	30	3
Total de aluguéis a receber	<u>3.955</u>	<u>3.244</u>

A receita de alugueis é como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Estacionamento Deck Park (i)	3.760	3.308
Ampliação do Shopping Center Iguatemi (ii)	11.960	7.494
Retenção ampliação 2014/2015 (iv)	-	2.034
Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi	16.748	13.985
Salas comerciais (iii)	1.202	1.121
Condomínio Civil do Power Center Campinas	710	736
Apartamentos e terrenos	148	185
Total	<u>34.528</u>	<u>28.863</u>

- (i) Participação de 30% sobre a receita líquida gerada no estacionamento do Shopping Center Iguatemi.
- (ii) Participação de 30% sobre a receita líquida gerada nas ampliações do Shopping Center Iguatemi concluídas em 2004 e 2015.
- (iii) Receita referente ao aluguel das salas comerciais do prédio Complexo Andreta Campinas.
- (iv) A Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. - IESC e a FEAC são coproprietários de 100% do empreendimento denominado Shopping Center Iguatemi Campinas e, em 5 de abril de 2013, aprovaram na Assembleia Geral Extraordinária de Condôminos (AGE) a expansão do empreendimento. Para custear os 30% da expansão, conforme definido na AGE, a FEAC autorizou o Condomínio Civil Shopping Center Iguatemi Campinas a realizar uma retenção mensal de 10% de sua receita líquida de alugueis, a qual foi realizada até a data de 31/05/2015.

5. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Gleba A - Sede (i)	8.758	7.679
Gleba B - Invernada (ii)	2.938	2.289
Apartamentos (iii)	36.066	36.066
Total	<u>47.762</u>	<u>46.034</u>

- (i) Gleba Sede:

Parte substancial dos investimentos na Gleba Sede refere-se a áreas remanescentes correspondentes a 1.562.581,88 m², sendo a área comercializável de 709.343,56 m² e o restante de 853.238,32 m² refere-se a áreas verdes que por questões ambientais deverão ser preservadas.

(ii) Gleba Invernada:

Parte substancial dos investimentos na Gleba Invernada refere-se a áreas remanescentes comercializáveis correspondentes a 949.201,59 m².

(iii) Apartamentos

Em 31 de dezembro 2016 e 2015, a Fundação conta com 116 unidades de apartamentos residenciais oriundos do seu desenvolvimento patrimonial ou doação, totalizando um investimento em imóveis de R\$36.066.

Os investimentos em urbanização envolvem gastos com infraestrutura (construções de ruas, sistema de distribuição de energia elétrica, de água e esgoto, dentre outros) realizados em parte da Fazenda Brandina, relativa a áreas com projetos de comercialização em andamento e áreas a serem comercializadas. Os investimentos em infraestrutura são necessários para efetiva realização do desenvolvimento patrimonial e são amortizados contabilmente quando da finalização dos empreendimentos desenvolvidos, quitação financeira e efetivo registro em Cartório dos Imóveis incorporados ao Patrimônio da Fundação.

A Entidade analisou os valores venais dos bens e não foram identificados indícios de necessidade de constituição de provisão para perdas dos ativos de longo prazo.

Todos os imóveis da Fundação são vinculados ao patrimônio e precisam de aprovação do Ministério Público para sua realização, quando se trata de alienação ou permuta, a aprovação da venda inclui também a aprovação dos valores a serem praticados.

6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim representado:

	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	-	376	376
Edifícios, benfeitorias e instalações	2,86 a 4	114.993	114.993
Móveis, utensílios e equipamentos	7,5	1.302	1.709
Veículos	20	184	184
Construção em andamento	-	329	330
		116.855	117.592
Depreciação acumulada/amortização		(23.645)	(20.751)
Total		<u>93.210</u>	<u>96.841</u>

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2015	87.204	(17.954)	69.253
Adições (a)	30.481	(2.890)	27.591
Baixas	(93)	90	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	117.592	(20.833)	96.841
Adições	259	(3.853)	(3.594)
Baixas	(996)	959	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>116.855</u>	<u>(23.645)</u>	<u>93.210</u>

- (a) Refere-se à ampliação do Shopping Center Iguatemi, conforme descrito na nota explicativa nº.8.

A Fundação realiza análise da capacidade de recuperação do ativo imobilizado e não existem indicativos de "impairment" dos ativos de longa duração.

A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de encerramento do exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nessas estimativas é contabilizado prospectivamente.

7. IESC - ENTORNO DO SHOPPING IGUATEMI

O IESC, conforme contrato de prestação de serviços datado de 20 de dezembro de 2004, efetua reembolsos parciais a FEAC referentes aos investimentos em infraestrutura realizados pela Fundação na Gleba Sede dentro da área denominada "Entorno do Shopping Iguatemi". As receitas líquidas proporcionais conforme definidas em contrato, geradas dentro deste perímetro, calculadas em 24,8% (80% de 31%), são destinadas ao IESC. Em 2016 o valor desta receita foi de R\$187 (R\$172).

8. CONTRATO DE MÚTUO - EXPANSÃO IESC

O IESC e a FEAC são coproprietários de 100% do empreendimento denominado Shopping Center Iguatemi Campinas. Em 5 de abril de 2013, aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária de Condôminos a expansão do empreendimento em 17.438 m² de ABL (Área Bruta Locável), no valor estimado de R\$235.000, que deveria ser inaugurada em novembro de 2014. Em função de atrasos na execução da obra a inauguração ocorreu em 30/04/2015.

As coproprietárias financiaram as obras de expansão mencionadas acima nos percentuais definidos pela AGE, sendo 70% do IESC e 30% da FEAC. Para custear os 30% da expansão, a FEAC autorizou o Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas a reter mensalmente 10% da parcela do resultado do Condomínio que lhe é atribuído e firmou um contrato de mútuo com o IESC até o limite de R\$63 milhões, com juros de 100% do CDI mais 1% a.a., calculados pelo ano financeiro de 252 dias úteis *pro rata temporis* das datas dos efetivos desembolsos e de acordo com o avanço físico e financeiro da obra. Em agosto de 2015, houve renegociação da taxa de juros para 100% do CDI + 0,8% a.a., bem como foi realizado aporte pela FEAC para amortização no montante de R\$22.000.

O saldo devedor do contrato de mútuo registrado no passivo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$73.469 (R\$69.387 em 2015) é amortizado mensalmente, mediante retenção de resultado do Condomínio atribuível a FEAC, desde a primeira distribuição de recursos advindos dos aluguéis das áreas objeto da expansão.

9. ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À SEGURIDADE SOCIAL - COTA PATRONAL

De acordo com a Lei nº 12.101/09 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social, as isenções usufruídas devem ser registradas no grupo de receitas e despesas sob o título de "Cota patronal - INSS", conforme informado abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cota Patronal INSS	1.104	994
Terceiros	315	284
SAT	109	98
Contribuintes	<u>37</u>	<u>62</u>
Total de cotas patronais	1.565	1.438
PIS sobre folha de pagamento (a)	<u>55</u>	<u>50</u>
Total	<u><u>1.620</u></u>	<u><u>1.488</u></u>

(a) A Fundação FEAC adotou a isenção do PIS sobre a Folha de Pagamento com base em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal sobre o Recurso Extraordinário nº 636941/RS.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Com base no Artigo 150 da Constituição Federal a FEAC é imune ao imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Em 2 setembro de 2015 foi publicada a ITG 2002 (R1) informando que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado.

Apresentamos abaixo os valores dos tributos sobre os quais a Fundação é imune:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda	1.360	1.118
Contribuição social	<u>498</u>	<u>410</u>
Total	<u><u>1.859</u></u>	<u><u>1.528</u></u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E GOVERNANÇA

A Fundação possui um Conselho Curador, constituído por 25 membros, sendo 20 com mandato vitalício e cinco com mandato de 2 anos. Todos os conselheiros, necessariamente, são pessoas físicas e contribuintes da Fundação ou de Entidade Conveniada.

A Fundação possui, ainda, uma Diretoria Executiva composta por 6 membros, sendo 1 Presidente e 5 Vice-Presidentes, todos eleitos pelo Conselho Curador e com mandato de 2 anos.

O patrimônio social da Fundação é composto por: bens originados em sua formação e que mantêm financeiramente suas operações, através de aluguéis e participações em empreendimentos comerciais.

A destinação do superávit ou déficit do exercício é aprovada em reunião do Conselho Curador e, após a sua aprovação, é efetuada sua transferência para o Patrimônio Social. Em 13 de abril de 2015 o Conselho Curador aprovou a transferência do superávit do exercício de 2014 sendo R\$3.522 transferido para o patrimônio social e R\$3.273 para reserva de patrimônio.

Em 25 de abril de 2016 o Conselho Curador aprovou a transferência do superávit do exercício de 2015 sendo R\$5.834 transferido para o patrimônio social e o prejuízo de R\$1.820 para reserva de patrimônio.

12. GRATUIDADE

De acordo com a Lei nº. 12.101 em 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, para fazer jus ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a Fundação deve realizar suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Fundação, como entidade de assistência social de assessoramento - nos termos do § 2º do Artigo 3º da Lei Federal 8.742/1993, incluído pela Lei Federal 12.435/2012, é reconhecida publicamente pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Campinas, conforme Resolução CMAS 119/2012 publicada no Diário Oficial do Município de 31 de maio de 2012 e como tal, presta assessoria às entidades executoras dos serviços e programas da Política municipal de Assistência Social.

Ainda, de acordo com o Decreto nº. 8.242 de 23 de maio de 2014 que regulamenta a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, as ações das Entidades Beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da Assistência Social e/ou Educação e/ou Saúde, firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração. Desta forma, a Fundação assina anualmente com as entidades relacionadas Convênios de Cooperação, que estabelecem as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para custeio de parte das operações necessárias à realização da missão estatutária dessas entidades.

Os recursos próprios foram empregados nas parcerias e no assessoramento às entidades, conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Assessoramento e prestação de serviços:		
Entidades de Assistência Social	5.872	4.859
Entidades de Educação	3.238	2.717
Entidades de Saúde	796	638
	<u>9.906</u>	<u>8.214</u>
Programas e Projetos de potencialização das propostas de trabalho das entidades:		
Projetos com Entidades de Assistência Social	1.354	1.305
Parceria - Cooperação Financeira:		
Entidades de Assistência Social	6.441	5.241
Entidades de Educação	3.552	2.931
Entidades de Saúde	874	688
	<u>10.867</u>	<u>8.860</u>
Total aplicado em gratuidade	<u>22.127</u>	<u>18.379</u>

Em 2016 e 2015 a FEAC não recebeu recursos públicos.

13. DESPESAS PATRIMONIAIS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas patrimoniais (a)	4.925	3.736
Despesas financeiras (b)	<u>9.923</u>	<u>9.603</u>
Total	<u>14.848</u>	<u>13.339</u>

(a) Despesas patrimoniais - referem-se à manutenção da Fazenda Vila Brandina, dos apartamentos, e amortização das benfeitorias, bem como despesas relacionadas à energia elétrica, cercas, roçagem de matos, condomínios, água, bem como empregados que fazem a manutenção e limpeza destes imóveis.

(b) Despesas financeiras correspondem aos juros referente ao contrato de mútuo para ampliação do Shopping Iguatemi Campinas.

14. PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO.

Em complemento a sua missão estatutária a Fundação realiza programas e ações próprias custeadas exclusivamente com recursos próprios, a saber:

- a) Cooperação Financeira e Doação em Espécie.
- b) Projeto FEAC na Escola: oito escolas da rede pública estadual de Campinas, que representam cerca de 5.500 alunos, integram o projeto. A partir de um diagnóstico as escolas estruturam um plano de ação que é executado durante 24 meses e suportado por investimentos da Fundação. A iniciativa considera três eixos de investimento, sendo eles: ensino aprendizagem, gestão de pessoas e processos e relações com a comunidade. Esta etapa do projeto teve início em edição de 27/02/2015 com término previsto em 26/02/2017.
- c) Programa Educação Conquista Coletiva: objetiva ampliar as percepções para além da Educação Infantil formal, com vistas ao envolvimento efetivo da família no processo de desenvolvimento infantil. Nesta edição o programa está dividido em três etapas: sensibilização para o tema 1ª Infância e oferta de conhecimento específico, processo de seleção de projetos a serem apoiados técnica e financeiramente e assessoria na fase de execução dos projetos.
- d) Compromisso Campinas pela Educação (CCE): Lançado em novembro de 2007, o CCE é a célula local do movimento nacional Todos Pela Educação. Reúne os setores público, privado e do terceiro setor, a fim de promover discussões e debates acerca da qualificação da educação pública, especialmente na cidade de Campinas. A missão do movimento, sob a liderança da Fundação, é chamar a atenção para o tema, evidenciando dados, promovendo estudos e mobilizando a sociedade civil para a causa Educação Pública. O CCE compartilha das cinco metas do Todos Pela Educação, a serem cumpridas até 2022.
- e) FEAC Arte e Cultura: Tem por finalidade evidenciar as mais variadas atividades artísticas como fotografia, dança, música, teatro, entre outras desenvolvidas pelas entidades conveniadas.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS.

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Fundação e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$229 (R\$63 em 2015).

A movimentação é como segue:

Saldo em 31º de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015	63
Adições (i)	<u>166</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>229</u>

- (i) Refere-se a mudanças na probabilidade de perda de processos trabalhista, conforme trabalho de refinamento das provisões efetuado pela administração juntamente com seus assessores jurídicos.

A Fundação tem ações de natureza civil, envolvendo risco de perda, classificados pelos respectivos advogados como possíveis, no montante de R\$40, para os quais não há provisão constituída.

16. SEGUROS

A Fundação mantém apólices de seguro para cobertura de riscos operacionais em valores considerados suficientes para o fim a que se destinam.

<u>Ativos</u>	<u>Vigência</u>	<u>Risco coberto</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prédios e conteúdos	Abril/2017	Incêndio	3.650	1.796
Veículos	Abril/2017	Colisão e terceiros	6.539	585
Acidentes pessoais e indenização especial por acidentes (seguro de vida funcionários)	Abril/2017	Danos pessoais	24 vezes o salário do funcionário	

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A Fundação não opera com instrumentos financeiros de risco. Os ativos e passivos com características de instrumentos financeiros, basicamente representados por aplicações financeiras, aluguéis a receber e saldos em caixa e bancos representam transações efetuadas com base em condições normais de mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- i) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito.
- ii) Aluguéis a receber: Os aluguéis a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário é registrada provisão para devedores duvidosos, constituída com base em análise dos aluguéis a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- iii) Contrato de mútuo - expansão IESC: comentados e apresentados nas notas explicativas nº 8.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Fundação

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado.

Risco de crédito: esse risco advém de a possibilidade da Fundação não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Fundação mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Administração da Fundação monitora os fatores de risco através de acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Análise de sensibilidade taxa de juros

A análise leva em consideração as variações da taxa de juros que impactam os ganhos e perdas no resultado do exercício em diferentes cenários. Abaixo demonstramos os saldos que são impactados pela variação na taxa de juros:

Descrição	Valor em 31/12/2016	Impacto no cenário provável	Impacto no cenário possível		Impacto no cenário remoto	
			25%	(25%)	50%	(50%)
Instrumentos financeiros ativos - CDI	55.690	7.591	9.488	6.452	11.386	3.795
Instrumentos financeiros ativos - IPCA	14.179	1.317	1.115	758	1.338	446
Instrumentos financeiros passivos - CDI	<u>(73.469)</u>	<u>(10.014)</u>	<u>(12.517)</u>	<u>(8.512)</u>	<u>(15.021)</u>	<u>(5.007)</u>
Efeito da (perda) ganho na operação	<u>(3.600)</u>	<u>(1.106)</u>	<u>(1.914)</u>	<u>(1.302)</u>	<u>(2.297)</u>	<u>(766)</u>

Para o cenário provável, foram utilizadas estimativas futuras da taxa do CDI e IPCA, divulgadas por instituições financeiras. A taxa média demonstrada foi apurada levando em consideração os prazos estimados de realização do instrumento financeiro anteriormente relacionado.

18. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 ocorreram transações de mutuo com contrapartida no imobilizado, no montante de R\$30.244 respectivamente, que não afetaram o caixa, conforme descrito na nota explicativa 6 e 8.19. Em 2016 não ocorreram transações que não afetaram caixa.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação em 31 de março de 2017.